

**PARA SER MULHER: FEMINISMO, REVOLUÇÃO SEXUAL
E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA MULHER EM
REVISTAS NO BRASIL
(1960 – 1975)**

Lílian Henrique de AZEVEDO¹ - PPG-UNESP/Assis

Tratar de um período relativamente recente, os anos sessenta e a primeira metade da década seguinte, que delineou as significativas alterações culturais e comportamentais nos papéis sociais femininos, papéis estes que mantiveram seu vigor de forma quase absoluta durante várias gerações de mulheres, é o que está no centro do projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP/Assis “Para Ser Mulher: Feminismo, Revolução Sexual e a Construção de Uma Nova Mulher em Revistas no Brasil”. Este artigo propõe, contudo, apresentar sucintamente o referido projeto.

Para a história dos feminismos no Brasil, uma considerável produção historiográfica sobre o assunto² vem trabalhando com dois momentos cruciais ao longo do século XX: a primeira fase refere-se aos anos iniciais do século até meados da década de 1930 e, a partir dos anos sessenta, sobretudo após os desdobramentos da ordem política após o AI-5 (Ato Institucional Número Cinco), em 1968 e a década seguinte, a segunda fase.

O período de quinze anos no qual a proposta atual se situa (1960-75), encontra-se articulado de um lado, ao contexto das movimentações de reorganização de grupos feministas, da organização de grupos de mulheres dentro dos movimentos de direita que apoiaram e de esquerda que se debateram contra o regime militar, bem como na consolidação da mulher no mercado de trabalho, na reivindicação de melhores condições para o desempenho profissional, sobretudo com a crítica às injustiças sofridas com as diferenças salariais e na campanha para a ampliação da participação feminina na cena política do país. Tais reivindicações, que já vinham sendo articuladas em vários países em todo o mundo, culminaram, após a *Conferência do México* em 1975, no *Ano Internacional da Mulher* designado pelas Nações Unidas. Neste mesmo ano, no Rio de Janeiro, intelectuais, universitárias e donas-de-casa vincularam as comemorações à criação do Centro da Mulher

Brasileira - CMB, considerado um marco na efetivação de uma organização resultante daquele novo feminismo.

De outro, reforçado por fatores externos, de um movimento histórico-cultural e comportamental que colaborou em seus desdobramentos na denominada Revolução Sexual, em grande parte resultante da liberação da comercialização, em 1960 nos Estados Unidos, de um método seguro para evitar a gravidez, a pílula anticoncepcional. Disponível nas farmácias brasileiras dois anos depois, a popularização do medicamento foi questão de tempo e era possível então a prática do sexo pelo prazer e não apenas para a reprodução.

McLaren ao percorrer a história da contracepção desde a Antigüidade até fins do século XX, aponta o fato da criação da pílula como um momento tratado por pesquisadores como a segunda das “revoluções contraceptivas”, sendo que a primeira teria sido nos séculos XVIII e XIX, com a utilização pelos homens da interrupção do coito.”

“‘Até esta altura’, afirma Martine Segalen, ‘as pessoas nem sequer tinham imaginado a possibilidade de influenciarem o acto sexual, que era um acto da Natureza, e foi esta mudança de atitude face aos seus corpos que constituiu uma revolução nas mentalidades.’”³

Porém, se é fato que se para as sociedades ocidentais estes momentos possam ser vistos como marcos, certo é também, segundo o estudo desenvolvido por McLaren, que desde tempos imemoriais já havia a preocupação de se regular ou interferir na progenitura, tanto para o sucesso da concepção como para evitá-la. O fato de se buscar métodos tecnológicos para essas limitações, afirma, sempre puderam ser produzidos quando se fizeram necessários: “A idéia de controle da fertilidade raramente se encontrava ausente, mas a motivação para actuar a partir dessas ideias variava.”⁴

Tendo lançado mão da contribuição de estudos com base na antropologia, o autor demonstra que esta é uma via de fundamental importância, pois recupera diferentes práticas de controle da fertilidade ao mesmo tempo em que busca desenvolver um estudo cultural da motivação que levou a efeito tais práticas. Neste sentido, para que fique clara a relação entre a opção de se assumir tanto os riscos, quanto o ônus de se criar filhos, ou ainda desejá-los na sociedade brasileira retratada pelas revistas no período desta “segunda”

revolução sexual, as relações de poder e a cultura de que se fazia parte acabava por determinar, em certo sentido, a noção de maternidade no nível das mentalidades:

“As mulheres ganhavam estatuto através da maternidade, mas o que era muitas vezes o mais importante para as gerações anteriores não era tanto a questão de quantas crianças nasciam como a de quem as dava à luz, quando e porquê. O casamento desempenhava o papel mais óbvio na regulação social da fertilidade. A fertilidade da mulher casada era sancionada como coroação do êxito da família na escolha do cônjuge e em assegurar herdeiros. Mas a comunidade procurava reprimir a fertilidade da mulher solteira, desafiando, como desafiava, o conceito de que a procriação devia servir, não os interesses individuais, mas os familiares.”⁵

Outra questão que estava sendo levantada em alguns exemplares das revistas em questão, para toma-las como fontes documentais, era a nova condição da mulher separada ou divorciada. Haveria lugar para ela naquela sociedade? E se tivesse filhos, como seriam educados e quais valores uma mulher sozinha poderia inculcar para a sua formação, a mais adequada possível, já que as questões recônditas dos conflitos entre casais não eram bem vindos como assunto do domínio público? Phillips, em seu trabalho sociológico sobre a história do divórcio em sociedades ocidentais (América do Norte e Europa ocidental, por exemplo), refletindo sobre o papel dos estudos sobre o divórcio e a ruptura do casamento, para as décadas de sessenta e setenta diz que, de modo geral, as explicações para o aumento do número de casais que recorreram ao divórcio tiveram início já em fins do século XIX: o trabalho remunerado feminino e mudanças de atitudes sociais, além do acesso menos oneroso e burocrático que este recurso passou a conformar. Mas a conjunção destes foram, sem dúvida, exemplares nas décadas de sessenta e setenta.

Hobsbawm também se refere aos novos arranjos sexuais, em relação à identidade hétero ou homossexual, bem como ao aumento do número de casos de divórcio e nascimento de relacionamentos não legalizados, ou melhor, cujas mães mantiveram o *status* de solteiras. A esse período, denominou por “revolução cultural”. Também este autor levantou a questão de um grupo etário que passava a reivindicar o reconhecimento social como seres atuantes e politizados e que diziam para não confiar em ninguém com mais de trinta anos, “com exceção do guru ocasional”⁶.

Para o caso brasileiro, Ventura, além de comentar sobre uma “onda divorcionista” que se tornou desejável entre mulheres de segmentos da elite carioca, também traz à lembrança Hélio Pellegrino, psicanalista atuante na geração de 1968, a respeito da desconfiança pelos jovens das gerações com mais de trinta anos, porque julgavam não terem agido de forma correta diante dos acontecimentos políticos que redundaram em regimes ou manifestações de opressão em fins da década de 1960. Ventura, que buscou em relatos memorialísticos de alguns atores sociais que viveram no período de estabelecimento do AI-5 pelo governo militar em 1968, aponta que em relação ao movimento político pretendido pela juventude engajada nos movimentos estudantis e intelectuais, contrários ao regime, pode não ter havido uma demonstração explícita de eficácia. Por outro lado, fenômeno contrário ocorreu com o comportamento cujos efeitos “se fazem sentir até hoje, ou pelo menos até o momento em que a AIDS passou a liderar a contra-revolução”⁷ nos anos oitenta. Tal contexto, portanto, acaba por sofrer uma reordenação, em princípio política, porém com reflexos muito mais abrangentes e duradouros.

Embora Ventura tenha frisado que a nossa revolução sexual começou antes nas prateleiras que na cama, em que a teoria teria surgido antes da prática,⁸ ao buscarem se libertar do estigma de procriadoras algumas mulheres passaram a praticar e divulgar o “amor livre”, o que no nível das mentalidades significou, para aquele contexto, uma busca de exercício da sexualidade até então tomada como tabu. Tal comportamento ganhou ainda mais força quando associada ao movimento *hippie*, que deu fermento à atmosfera da contracultura norte-americana em tempos de guerra, com a máxima “*make love, not war*”.

Não se pretende afirmar, contudo, que os padrões morais vigentes tenham sido radicalmente modificados já no período em questão e de maneira ampla. Porém não há como negar que esses fatores articulados acabaram por gerar as condições específicas para se chegar a uma outra idéia do que seria o ideal de uma nova mulher.

Trabalhar com este período, portanto, demonstra a busca de se discutir sua singularidade à medida que vários foram os elementos que convergiam para a formulação

daquele pensamento - o existencialismo pós-guerra, o movimento *beat* dos anos 50, por exemplo -, que postulavam que o regime ideal a que deveria ser submetido o indivíduo era o da liberação. Também os de ordem interna com o golpe civil-militar de 1964, sucedidos por atos institucionais, cassação de direitos políticos e civis de personagens-símbolo da resistência daquele período que criticaram tal estado de coisas e a geração seguinte que não perdoaria seus pais “reais e psicológicos” por haverem “marchado com Deus pela liberdade” e apoiado o golpe ou não o terem evitado.⁹

Importante salientar sobre este último aspecto que contou com inegável participação feminina, inclusive com grupos organizados de mulheres das camadas médias de duas capitais: São Paulo e Rio de Janeiro. Entidades como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) moveram a notória campanha organizada contra o governo de João Goulart. Mas, não agiram sozinhos: apoiaram grupos organizados de mulheres formados no início dos anos sessenta, como a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), a LIMDE (Liga da Mulher Democrata) e a UCF (União Cívica Feminina) os quais “associavam ao ateísmo uma suposta ameaça comunista e, por decorrência, defendiam valores caros ao catolicismo.”¹⁰

O IPES e o IBAD foram os principais responsáveis pelo patrocínio das famosas manifestações espalhadas pelo Brasil em 1964, conhecidas como “marchas da família com Deus pela liberdade”, resultantes diretas do repúdio ao comício da Central do Brasil (13 de março), organizado por grupos que apoiavam o presidente João Goulart. Merecem destaque a “marcha” realizada na Praça da Sé (19 de março) que contou com cerca de quinhentas mil pessoas e o protesto no auditório da Secretaria da Saúde em Belo Horizonte. Tais episódios demonstraram terem sido fundamentais à exposição da insatisfação de setores importantes da sociedade, que funcionaram como apoio à radicalização das reações contrárias às propostas reformistas do então presidente, resultando no golpe levado a cabo em 31 de março daquele ano.

Dentre as várias questões que hoje têm sido levantadas sobre os anos 60 e 70, algumas deverão ser preferencialmente tratadas no decorrer da pesquisa: e a imprensa,

sobretudo por meio das revistas femininas, feministas e de variedades, como divulgou e de que forma buscou informar/formar o público na construção dos discursos que melhor representassem o fenômeno comportamental “revolucionário” e “reacionário”? E quais estratégias estas revistas adotaram para tratarem dos novos papéis sociais femininos, com um crescente número de mulheres que buscavam a liberdade dentro do casamento e fora dele, rompendo com um *status-quo* repressivo e socialmente estigmatizado da mulher separada? E quando tais veículos se calaram diante daquelas movimentações, o fizeram por conta da censura do governo ou porque não desejavam um compromisso com algo ainda indesejável pela sociedade?

Para que esta revolução sexual dentro do que teria sido uma revolução cultural / comportamental seja melhor validada como um objeto historicamente construído, como tendo sido importante para uma reorganização das representações sociais bem como das novas formas de interpretação das relações de gênero, o recorte temporal é pertinente também porque as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por uma série de mudanças culturais de reconhecida abrangência, tanto que, salientando apenas um aspecto, passou a ser capitalizada nos anos setenta com o envolvimento de vários setores, como a moda, o teatro, o cinema, a indústria fonográfica, a imprensa, a publicidade e a televisão.

O objetivo geral do projeto, portanto, é estudar a mulher brasileira como alvo e agente de transformações do contexto cultural do país entre 1960 e 1975, que tanto marcou o renascimento das movimentações de grupos politicamente organizados de mulheres, as feministas de um lado e as que compunham o setor reacionário da sociedade de outro, quanto deu início aos novos modelos femininos que passaram a trabalhar, consumir e emancipar-se sexualmente. Dentre os objetivos específicos deverão ser analisados quais formas e estratégias que algumas das principais revistas femininas, (*A Cigarra*, *Cláudia*, *Querida*) além das de variedades (*Realidade*, *O Cruzeiro*) bem como publicações de grupos de feministas adotaram para buscar atingir e retratar este público brasileiro. Para tanto, serão estudados os discursos produzidos como construções de modelos de mulher por meio de textos e imagens que buscavam evidenciar a divulgação de novas idéias e ideais, a

contestação dos discursos normativos para o sexo feminino que foram, no período, considerados "retrógrados", "conservadores" ou "machistas", a produção de uma subjetividade do feminino, a aceitação e/ou promoção de valores (morais, éticos, "naturais") que diziam respeito às representações sociais vigentes ou criadas e às construções de identidades culturais a respeito do seu público-alvo, composto pelas mulheres brasileiras pertencentes, sobretudo, aos centros urbanos.

“Para Ser Mulher” deverá se enquadrar na categoria dos estudos de gênero que percorre o conceito histórico-cultural de identidades e relações sociais baseadas nas diferenças sexuais.

As discussões sobre gênero nas Ciências Humanas e Sociais vêm ganhando cada vez mais espaço nos meios acadêmicos por estarem dialogando com os campos de atuação política no intuito de garantir influências nos debates públicos além de buscar “sistematizar aprendizados’ e formas de ação e articulação neste tipo de intervenção/influência”¹¹

Para o caso brasileiro, a organização de grupos de mulheres que se debateram no reconhecimento de uma posição de igualdade de oportunidades foi – e ainda é – um grande desafio ao *status quo* de forte herança machista de um modelo de origem patriarcal.

Em meio a uma noção generificada de “cultura nacional”, segundo Hall, existem os grupos sociais que põem em xeque como que desconstruindo este conceito, em busca de sua afirmação como identidade e diferença. Ou seja, nem sempre uma cultura nacional e as identidades nacionais que elas constroem são realmente unificadas, pois “as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero” o que permite trazer à tona questões que foram cruciais para aquelas mulheres que tanto se debateram para que as relações sociais, nas suas práticas e representações não fossem marcadas pela divisão sexual.

Um outro aspecto que também se impõe na questão do gênero é a sua ligação às relações de poder. É fato que a sociedade brasileira, como uma identidade nacional se mantém ainda, notadamente generificada. Embora de forma mais acentuada nos anos sessenta e setenta, ao se comparar com as décadas seguintes. Desde fins do século XIX,

sobretudo após a Proclamação da República, as mulheres foram convocadas para educarem as crianças, os futuros homens públicos e as donas-de-casa da nação. Este pensamento passou a ser colocado na ordem do dia a partir dos anos sessenta por demonstrar estar corroído e maculado por uma ordem de poder impossível de ser sustentada sem maiores conflitos.

Por meio das revistas em questão, o tratamento das construções culturais, das representações sociais, da busca pela afirmação identitária e do reconhecimento à diferença e do que isto implicou nas práticas de grupos como o das feministas de um lado e “reacionárias” de outro, deverá estar atento aos momentos pelos quais passou a conjuntura político-econômica brasileira. Ressalte-se o contexto de uma produção industrial de cultura para as massas, bem como de uma reordenação sócio-cultural dos papéis femininos, carregada de tensões entre formar a mulher para um novo tempo que surge, com esta buscando seu espaço profissionalmente, estudando para melhor compreender e se preparar para os desafios de seu tempo, exercendo a sua sexualidade sem os tabus reguladores da sua castidade. Também, com a busca da manutenção de padrões de comportamento feminino nos cuidados com a casa e a família e o repúdio às idéias novas da *modernidade*.

¹ Graduada, mestre e doutoranda em História (UNESP/Assis); docente no IESB/PREVÊ/Bauru/SP. Contato: lilianazevedo@uol.com.br

² Vários são os bons trabalhos a respeito. No entanto, destaco *Cadernos AEL*. Mulher, História e Feminismo. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH, 1995/1996; Também, em trabalho anterior [AZEVEDO, L. H. de. *Mulher em Revista*: Representações Sobre o Feminino nas Revistas Paulistas “O Pirralho” e “A Cigarra”. (1914-1918). Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 2000.], por meio da pesquisa com revistas destinadas a um público de elite, demonstrou-se as discussões sobre as duas categorias de feminismo no início do século XX.

³ MCLAREN, A. *História da Contracepção*: Da Antigüidade à Actualidade. Lisboa: Terramar, 1997, p. 08. Embora o próprio pesquisador tenha tratado da opção da interrupção do coito já entre os gregos na Antigüidade “clássica”, a utilização dos estudos de Segalen serviu para que o autor comprovasse depois o quanto ela havia se comprometido ao ideal etnocêntrico para tratar do assunto, o que, segundo ele, não foi uma exclusividade daquela pesquisadora.

⁴ Id., *ibid.*, p. 11

⁵ Id., *ibid.*, p. 14-15.

⁶ HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos*: O Breve Século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 314-336.

⁷ VENTURA, Z. 1968: *O Ano que Não Terminou*. A Aventura de Uma Geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 32.

⁸ Id. *ibid.*, p. 33.

⁹ VENTURA, Z. *op. cit.*, p. 16.

¹⁰ FICO, Carlos. Com o Rosário na Mão. In: *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano I, n.º 05, março/2004, p. 40.

¹¹ Editorial de *Estudos Feministas*. Ano 8. Santa Catarina: CFH/CCE, 2000, p. 06.